

Do ponto de vista das nações em desenvolvimento e do Brasil, em especial, o aspecto que deveria merecer mais atenção do World Development Report de 1993, lançado nesta semana pelo Banco Mundial (BIRD), é a relação explícita estabelecida entre os problemas de saúde e a recessão. Como cita o relatório, apenas em 1983 a desaceleração da atividade na América Latina provocou 12 mil óbitos infantis adicionais.

É um dado dramático, que revela em toda a sua pungência o desafio que enfrentam esses países, obrigados a ajustar suas economias sempre com elevadíssimos custos sociais, particularmente no setor de saúde. Estes, no Brasil, poderiam ser evitados, estamos certos, se fosse pelo menos cumprida a Carta de 1988, acusada de prometer direitos sociais excessivos aos cidadãos.

Em nossa opinião, o que diz a Carta (artigo 196) é perfeitamente correto: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à diminuição de doença e outros agravos (...)". Sob esse ângulo, interessa menos saber se o País gasta pouco ou muito em relação ao PIB diretamente em serviços de saúde. Mais importante é determinar quanto des-

tina à nutrição dos mais pobres, quanto aplica em educação, habitação e saneamento básico e o que está fazendo para dar trabalho e proporcionar renda aos seus habitantes.

Tanto isso é verdade que a China aloca somente 3,5% de seu PIB à saúde, tendo o seu povo uma expectativa de vida de 69 anos, em média. O Brasil gasta mais: 4,2% do PIB para uma expectativa média de vida de 66 anos. O BIRD, com razão, considera o desempenho chinês muito melhor do que o nosso. Temos uma chaga aberta e sangrando, focalizada com precisão pelo "mapa da fome" que o sociólogo Herbert de Souza (Betinho) tem mostrado. Temos 9 milhões de pessoas no País em estado de indigência ou de pobreza absoluta. Ao todo, 32 milhões de brasileiros passam fome ou apresentam baixíssimos níveis nutricionais.

A China eliminou essa síndrome. Como? Simplesmente crescendo e, ao mesmo tempo, melhorando o nível de vida da população como um todo. O relatório do BIRD o diz com

Uma chaga aberta e sangrando

absoluta clareza. "Quanto maior for a renda 'per capita' média de um país mais probabilidade haverá de seu povo viver mais e de forma mais saudável."

Uma controvérsia interessante, ultimamente surgida, comprova o que seria um truismo, se houver desconcentração de renda. Pelo sistema tradicional de calcular o PIB, a renda "per capita" da China em 1992 era de US\$ 370, o que não combinava com a alta expectativa de vida naquele país, o consumo adequado de alimentos por habitante, as condições de moradia, etc. O FMI, usando como medida a Paridade do Poder de Compra (PPC), que procura eliminar as distorções causadas pelas cotações de câmbio, verificou que o produto "per capita" chinês mais que sextuplicava, chegando a US\$ 2.460.

Quanto ao Brasil, o PPC "per capita" (US\$ 4.940) também é maior que o PIB "per capita" (US\$ 2.525), mas, como se verifica, não chega a dobrar. E poderia, com certeza, quadruplicar, se fosse colocado em prática

um programa de emprego em massa em obras de saneamento, construção de casas populares, estradas, etc., incorporando ao mercado milhões de pessoas.

Não queremos dizer com isso que o País deve investir menos em saúde. Deve investir tudo o que puder e de forma muito melhor, privilegiando os centros de saúde de atendimento direto à massa da população. E estamos de pleno acordo com o ministro da Saúde, Jamil Haddad, quando afirma que não é justo que empresários, mediante ações judiciais, procurem fugir ao pagamento do Finsocial e do Cofins, negando aos que estão precisando de assistência médica nada menos do que US\$ 7,5 bilhões.

Esses recursos estão aí e esperamos que fluam. Mas serão sempre insuficientes, como insuficientes são sempre as verbas para os programas sociais. Mas essa situação pode mudar, e mudará mais depressa quanto mais depressa o Estado voltar-se para as suas funções precípuas, deixando de atuar em áreas em que a iniciativa privada é reconhecidamente mais eficiente.

Esperamos que não falte aos governos a coragem para fazer o que é urgente: encarar a questão social.